

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.513 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2002

## Vale do São Francisco ganha universidade

A criação da Universidade do Vale do São Francisco, com sede em Petrolina (PE), foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Entre os objetivos da nova instituição destacam-se a realização de pesquisas voltadas para o incremento da economia regional e a extensão universitária. O projeto vai à sanção presidencial.

PÁGINA 3

## Senado autoriza crédito externo para Rondônia

PÁGINA 3

## Lindberg denuncia imposições de multinacionais

Contratos "desiguais e leoninos" impostos por multinacionais estão prejudicando empresas brasileiras, afirmou Lindberg Cury. Segundo o senador, a audiência pública realizada com franqueados da rede McDonald's deu provas "insofismáveis" dessa situação, que ele considera "uma covardia e uma traição à Constituição federal".

PÁGINA 5

# Crimes cometidos em transações internacionais terão novas penas

Senado aprova projeto que inclui no Código Penal delitos como lavagem de dinheiro e corrupção praticada por funcionário público em atos envolvendo outros países

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que inclui no Código Penal crimes como a lavagem de dinheiro e a corrupção praticada por funcionários públicos nas transações internacionais. A proposta, inspirada em convenção internacio-

nal de que o Brasil é signatário, foi colocada na ordem do dia em caráter emergencial, a pedido do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, que participará de um encontro sobre o assunto no fim de semana, nos Estados Unidos.

PÁGINA 3



José Cruz

Proposta aprovada pelo Plenário prevê penas de um a oito anos de prisão e multa para crimes em transações internacionais

Célio Azevedo



**D**uas mil participantes estão reunidas na Conferência Nacional das Mulheres, que se realiza no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal (foto), conforme registro feito pela senadora Emilia Fernandes. O objetivo é elaborar uma plataforma política feminina para ser entregue aos candidatos à Presidência da República.

PÁGINA 8

# Plenário discute projeto que regula a atividade dos rodeios

Debate fica polarizado entre os parlamentares que consideram essa prática uma tradição já arraigada em todo o país e aqueles que a consideram lesiva aos animais

Os senadores discutiram ontem o projeto que regula os rodeios no país, impondo normas de defesa sanitária e de proteção aos animais. O debate ficou polarizado entre os parlamentares que entendem ser o rodeio uma tradição já arraigada nas comunidades rurais e aqueles que consideram a prática lesiva aos animais. A proposta não chegou a ser votada em virtude de pedido de verificação de quórum feito pela senadora Marina Silva (PT-AC).

De autoria do deputado Jair Meneguelli (PT-SP), o projeto recebeu parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) e estabelece que as disposições gerais relativas à defesa sanitária



Votação foi adiada em decorrência de pedido de vista feito por Marina Silva

animal também se aplicam aos rodeios, além de definir as responsabilidades das organizações promotoras dessas atividades. Assim, cada evento deverá contar com infra-estrutura para atendimento médico, transporte apropriado e garantia da boa condição física dos animais.

Outra novidade é a obrigatoriedade da confecção de cintas, cilhas e barrigueiras (objeto para instigar o animal) em material que não cause sofrimento aos touros e cavalos. Marina Silva apresentou duas emendas à proposta proibindo o uso de esporas e sedém (encordoamento que é preso à virilha do animal para fustigá-lo). Além disso, ela quer que a realização dos rodeios seja comunicada às autoridades com antecedência mínima de 30 dias.

Moreira Mendes argumentou que a aprovação das emendas inviabilizaria a prática de um esporte, segundo ele, responsável por 180 mil empregos diretos e quase 1 milhão indiretos. Também contrário às emendas, Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que o sedém não machuca os animais.

— Não é para machucar, mas para

fazer cócegas. Aquilo não machuca nada — afirmou. Heloísa Helena (PT-AL) observou que, sendo o material inofensivo, poderia ser dispensado. Já Lauro Campos (PDT-DF) sugeriu a substituição do sedém por “pó-de-mico”.

## ADIAMENTO

O adiamento da votação por falta de quórum forçou o encerramento da ordem do dia e a não-votação dos projetos que estavam em pauta. Dessa forma, deixaram de ser votados o projeto que trata do uso de depósitos judiciais para pagamento de dívidas judiciais pelos estados; dois projetos da Comissão Mista de Segurança Pública; a proposta de emenda à Constituição que trata do limite de despesas das câmaras legislativas, além de autorizações para o funcionamento de emissoras de rádio e de televisão.

## Denúncia contra senadores será analisada terça-feira

Um pedido de vista coletiva, encabeçado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), adiou para a próxima terça-feira a discussão e a votação, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do relatório do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que sugere o arquivamento das denúncias de pedido de propina envolvendo os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Wellington Roberto (PTB-PB). A reunião está marcada para as 18h.

Ontem, foi lido o relatório de Moreira Mendes. Segundo o senador, a acusação é “improcedente”, já que houve “insubsistência” das alegações que fundamentaram a representação contra os dois senadores. O pedido de apu-

ração foi encaminhado por Eduardo Suplicy (PT-SP) e endossado por mais quatro senadores que compõem o Bloco Oposição.

As denúncias contra os dois senadores foram publicadas pela revista *Época*, em maio. Sob o título *Os Homens da Mala*, a reportagem aborda a prisão de José Elísio Ferreira Júnior, empresário supostamente ligado a Ney Suassuna, e Giovanni Riccardi, assessor de Wellington Roberto. No ato da prisão, eles detinham em seu poder a quantia de R\$ 99,7 mil.

O senador Ney Suassuna, que chegou a defender-se das acusações, da tribuna do Senado, alegou que José Elísio Ferreira Júnior nunca foi seu funcionário, nem



O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomou ontem conhecimento do relatório de Moreira Mendes sobre denúncias

em suas empresas nem no gabinete do Senado ou no Ministério da Integração Nacional. O ex-ministro negou participação “em qualquer esquema de mau uso de recursos públicos, malversação, tráfico de influência ou esquema de propina”. Sobre a liberação dos R\$ 3 milhões de uma só vez para a prefeitura de Catalão, considerada atípica pela revista *Época*,

Suassuna foi enfático: tratava-se de recursos contidos na rubrica “restos a pagar”, ou seja, que teriam de ser pagos sob pena de serem cancelados.

O relator disse não ter encontrado, tanto na revista *Época* como nos autos do Ministério Público, evidências concretas para que os dois senadores fossem acusados de receber propinas.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2002

PLENÁRIO
9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PLENÁRIO
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLC nº 113/01, acrescido o Título XII ao Código Penal, dispoendo sobre os crimes previstos em atos internacionais, e dispositivo à Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei, cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); PLS nº 117/02, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Coaf; entre outros.
Quarta-feira 10h — Sessão deliberativa extraordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02, altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/02, acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; e primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02, acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios). Sessão deliberativa extraordinária Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/02; e segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02, acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios).
14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno da PEC nº 19/02; e terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02; entre outros.
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PDL nº 5/02, aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Hungria sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção de Plantas; PDL nº 7/02, aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Hungria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal; entre outros
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa ordinária

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Senado autoriza empréstimo de US\$ 35 mi para Rondônia

O governo do estado de Rondônia foi autorizado pelo Plenário a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 35 milhões junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). O empréstimo, com garantia da União, irá para o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária do estado. O projeto de resolução, que recebeu parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), irá à promulgação.

O senador Lauro Campos (PDT-DF) votou contra. Já o senador Amir Lando (PMDB-RO), que teve proposta de emenda rejeitada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), apresentou voto em separado.

### CONDIÇÕES

O contrato entre o governo de Rondônia e a CAF obriga o estado a uma contrapartida equivalente a US\$ 25 milhões na execução do programa, orçado em US\$ 60 milhões. A operação prevê prazo de oito anos de amortização, em pa-



Jonas Pinheiro, relator do pedido, foi favorável à operação de crédito

gamentos semestrais, e carência de dois anos. Os juros serão cobrados com base na Libor (taxa do interbancário de Londres), atualmente ao redor de 3,9% anuais, acrescida de 3,35% ao ano na forma de *spread* (remuneração da instituição financeira), incidente sobre saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso.

A operação também implicará uma comissão de compromisso de 0,75% ao ano, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, também sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, entrando em vigor após o vencimento do primeiro semestre de assinatura do contrato.

Será cobrada comissão à vista de 1,5% sobre o montante total do empréstimo, por ocasião do primeiro desembolso.

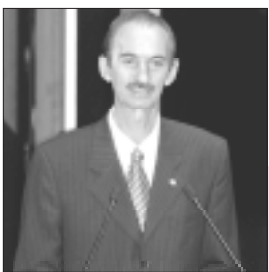
Os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Chico Sartori (PSDB-RO) agradeceram a aprovação.

## População do estado aguarda os recursos com ansiedade, diz Sartori

Antes da votação do projeto de resolução que autoriza financiamento externo para o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária de Rondônia, o senador Chico Sartori (PSDB-RO) destacou que, para o desenvolvimento econômico da região, são fundamentais os recursos, no total de US\$ 35 milhões.

— A população aguarda com ansiedade a implantação desse programa para resolver os problemas das rodovias. Com os recursos, poderá ser dada continuidade a diversas obras que estão paralisadas, algumas delas há quatro anos.

Sartori relatou que foi um dos pioneiros na viabilização dos plantios de soja em Mato Grosso e Rondônia, buscando saída para o escoamento da produção de modo a não encarecer o produto da região. A solução, disse, foi a hidrovía que liga Porto



Chico Sartori: empréstimo é fundamental para desenvolvimento da região

Velho (RO) a Ita-coatiara (AM), que deve ser reforçada pela construção de rodovias. Segundo ele, 700 carretas de soja passam diariamente pela cidade de Vilhena.

### MEDALHA

Sartori registrou que receberia ontem, da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Joaçaba (SC), a Medalha do Cruzeiro. O senador nasceu em 1940 na cidade. “Estou orgulhoso de ter sido reconhecido pela cidade e de que eles queiram me dar essa honraria.”

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que a homenagem é merecida pela dedicação de Sartori. Ele acrescentou que a homenagem é também do povo de Rondônia.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou que Sartori faz parte do grupo de desbravadores das fronteiras do oeste brasileiro que vieram da Região Sul.

## Comércio internacional terá mais proteção contra crimes

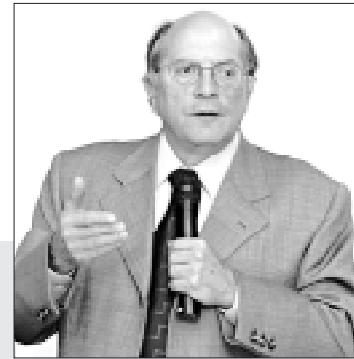
Projeto acolhido pelo Plenário classifica como delito, previsto no Código Penal, corrupção praticada por servidor em transação comercial com exterior

A lavagem de dinheiro e a corrupção praticada por funcionários públicos nas transações de comércio internacional passaram a ser crimes previstos no Código Penal brasileiro, conforme projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado.

A proposta foi colocada na ordem do dia de forma emergencial, após acordo de lideranças, atendendo a solicitação feita ao presidente da Casa, Ramez Tebet, pelo ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior. O ministro pretende anunciar a iniciativa brasileira em encontro internacional sobre o tema, de que participará, neste fim de semana nos Estados Unidos.

A proposta foi colocada na ordem do dia de forma emergencial, após acordo de lideranças, atendendo a solicitação feita ao presidente da Casa, Ramez Tebet, pelo ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior. O ministro pretende anunciar a iniciativa brasileira em encontro internacional sobre o tema, de que participará, neste fim de semana nos Estados Unidos.

O projeto aprovado prevê também os crimes de ocultação de bens, direitos e valores e de utilização do sistema financeiro para



Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, pediu ao Senado pressa na aprovação da proposta

realização de ilícitos, além de criar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

### CONVENÇÃO

As medidas fazem parte de convenção internacional, de 17 de dezembro de 1997, de que o Brasil é signatário. Pelo acordo, diversos países comprometem-se a adotar medidas legais de combate à corrupção nas transações comerciais com o exterior.

Segundo o ministro da Justiça, a convenção prevê que “cada parte deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento de que, segundo suas leis, é delito

criminal qualquer pessoa intencionalmente oferecer, prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida ou de outra natureza, seja diretamente ou por intermediários, a um funcionário público estrangeiro, para esse funcionário ou para terceiros, causando a ação ou omissão do funcionário no desempenho de suas funções oficiais, com a finalidade de realizar ou dificultar transações ou obter vantagem ilícita na condução de negócios internacionais”.

Os países signatários da convenção, conforme Miguel Reale Júnior, deverão adotar medidas para considerar delito a cumplicidade, inclusive por incitamento, auxílio ou encorajamento, ou a autorização de ato de corrupção e a tentativa de conspiração para subornar funcionário público estrangeiro.

As penas previstas para os crimes nas transações comerciais internacionais vão de um a oito anos de prisão e multa, podendo ser elevadas em um terço se houver agravantes, definidos pela legislação.

## Universidade do Vale do São Francisco será criada

O semi-árido nordestino terá uma instituição federal de ensino superior. Os senadores aprovaram ontem projeto que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com sede em Petrolina (PE). A escola deverá funcionar como pólo indutor do desenvolvimento da região, já que entre os seus objetivos está a realização de pesquisas voltadas para o incremento da economia local e a extensão universitária. O projeto vai à sanção.

— A criação da universidade representa um passo importante em defesa do Rio São Francisco, criando bases sólidas para um novo patamar de desenvolvimento na região — disse o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador José Jorge (PFL-PE), relator na Comissão de Educação (CE), afirmou que a instituição será fundamental no estudo das

questões do semi-árido. Além disso, sustentou, permitirá racionalizar a atuação do governo federal na região.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) comemorou a aprovação. Para ele, a instalação de uma uni-



Waldeck Ornélas e José Jorge deram, em comissões, parecer favorável à universidade

versidade federal aponta para a necessidade que tem o estado de investir em educação para preparar o país para o futuro. E advertiu para a importância de se criarem condições de acesso da população mais pobre ao ensino superior.

Para a senadora Emilia Fernan-

des (PT-RS), a criação de novas oportunidades de formação para a população é requisito para a soberania do país. Citando o exemplo da Universidade Federal do Acre, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a instituição foi a maior conquista do povo acreano.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a importância da criação de universidades em centros menores, como forma de interiorizar o desenvolvimento.

A revitalização do São Francisco deve ser uma das preocupações da universidade, avaliou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). A mesma opinião externou o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse confiar na implantação, a partir de estudos da universidade, de projetos de irrigação.

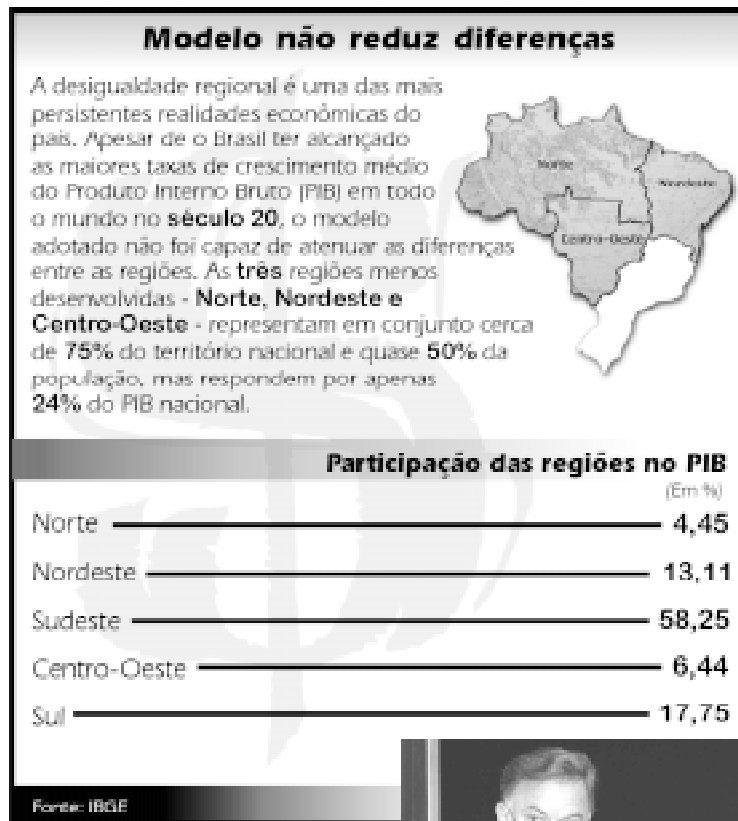
# Benício quer política para desenvolver Norte e Nordeste

Apresentando resultados de seminário sobre desenvolvimento sustentado e globalização, senador defende redução das desigualdades regionais

A desigualdade regional do país só diminuirá se houver estímulo aos investimentos nas regiões Norte e Nordeste, avaliou o senador Benício Sampaio (PPB-PI), em discurso ontem. O senador trouxe a Plenário os resultados de recente seminário sobre desenvolvimento sustentado e globalização, promovido pela Secretaria de Planejamento do Piauí. No encontro, foram apontadas potencialidades e ações que promovam a sustentabilidade ambiental, política, tecnológica, institucional e econômica.

Benício Sampaio citou o turismo, o beneficiamento do couro de animais, o manuseio da castanha do caju, a exportação da cera de carnaúba e a fruticultura como algumas das atividades que, se devidamente incentivadas, poderão trazer desenvolvimento ao Piauí. Outra possibilidade interessante, segundo o senador, é o estímulo à agricultura de exportação.

— Uma política de investimento certamente levaria em conta novo estímulo à cultura do algodão, mais resistente às pragas ambientais, a ampliação da área plantada de caju, a tecnologia moderna na apicultura, mas com certeza determinaria a necessária utilização de águas acumuladas em açudes da região e as existentes no subsolo, abundantes e de fácil captação, capazes de permitir a agricultura e a



pecuária, fixando o homem do campo à região hoje inóspita.

O senador salientou que a extinção, “ainda que justificável”, das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), devido a desvios de recursos públicos, não diminuiu desigualdades regionais. Ao contrário, disse ele, tornou evidente o abandono a que estão submetidas as regiões Norte e Nordeste.



Benício Sampaio: extinção de Sudam e Sudene não diminuiu distância entre as regiões

## Mozarildo: país sofre com atraso educacional

Com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que relacionam o nível de educação do trabalhador brasileiro com a desigualdade de renda, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que é preciso salientar o atraso educacional do país para reivindicar das autoridades a formulação e a execução de políticas que reduzam, em curto prazo, a distância entre os níveis de desenvolvimento brasileiro e das nações mais ricas. O senador disse que não há motivos para comemorações no que diz respeito à educação no Brasil.

— O índice de analfabetos adultos no Brasil, que era de 20,1% em 1991, desceu a 13% em 1999. Ape-



Fraco desempenho educacional distancia Brasil de países desenvolvidos, diz Mozarildo

sar disso, a escolaridade média ainda é muito baixa: 65% dos brasileiros com idade acima de 15 anos não completaram o período

mínimo de oito anos de estudos recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) — disse o senador, acrescentando que quase metade dos estudantes da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, está deslocada das séries correspondentes à sua idade. “Estão atrasados, por motivo de repetência ou de abandono escolar”, afirmou.

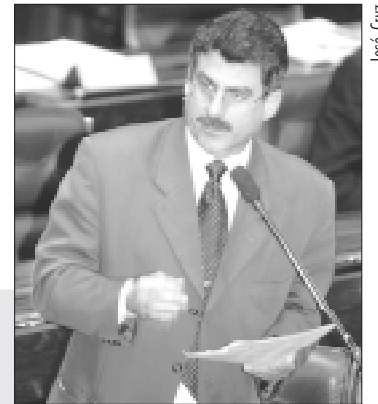
Mozarildo disse que o sistema educacional brasileiro apresenta um fraco desempenho que reflete o atraso de uma década, mesmo em relação aos países com padrão de desenvolvimento semelhante ao nosso.

## Jucá anuncia Cartão Cidadão e assentamento feminino

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), registrou ontem em Plenário a realização de duas ações do governo federal na área social. No próximo dia 15, será iniciada a distribuição do Cartão Cidadão, que irá unificar o cadastro dos beneficiários dos programas de transferência de renda. Já no final de maio, o Incra inaugurou, na Zona da Mata de Pernambuco, o primeiro assentamento cujos títulos estarão em nome das mulheres.

Segundo Jucá, a União pretende investir cerca de R\$ 29 bilhões nos programas sociais, principalmente de transferência de renda, em 2002. Conforme reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, anexada pelo senador ao discurso, o Cartão Cidadão será magnético e vai substituir outros já distribuídos à população carente.

Quanto ao assentamento feminino, Jucá parabenizou o Ministé-



Segundo Jucá, União deve investir R\$ 29 bilhões em programas sociais

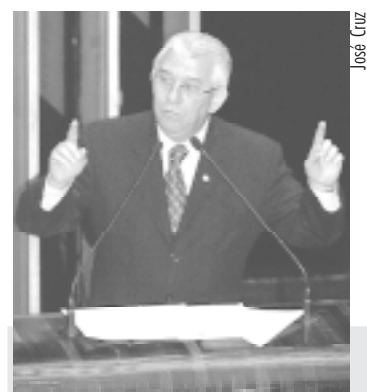
rio da Previdência e Assistência Social e o Incra por terem viabilizado a iniciativa. Localizado no Engenho Gutuíba, no município de Itaquianga, esse assentamento também possui homens, mas as mulheres é que vão receber o título de posse e os créditos de instalação, de acordo com matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, também distribuída pelo senador.

## Moreira critica Incra e alerta para tensão em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez ontem, em Plenário, um alerta para a necessidade de rápido assentamento de 1.200 famílias de sem-terra que ocupam cinco fazendas no interior de Rondônia. Ele informou que tem procurado, sem sucesso, conversar com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sebastião Azevedo.

— Tenho tentado em vão, desde 23 de abril, uma audiência com Sua Excelência, o presidente do Incra. Mas talvez ele esteja muito ocupado a ponto de não poder dar atenção a um senador. Mas me parece que seria sua obrigação atender parlamentares, uma vez que estamos aqui representando o povo de nossos estados — afirmou Moreira.

O senador observou que Rondônia foi o único estado colonizado oficialmente e elogiou os “abnegados” funcionários da autarquia em seu estado. Ele lamentou, porém, o que classificou como falta de atenção da sede do órgão, em Brasília, com os problemas de Rondônia. Existe ordem judicial para desocupar as fazendas, alertou, mas o Incra



Moreira Mendes: “Rondônia vive em caldeirão de pólvora prestes a explodir”

não toma providências para assentar as famílias de sem-terra.

— Rondônia vive neste momento em um caldeirão de pólvora prestes a explodir — disse.

Moreira criticou o Incra por não regulamentar áreas superiores a 100 hectares, por questões ambientais. Ele informou que existem agricultores que ocupam terras há mais de 20 anos e não conseguem regularizar a situação por causa da limitação. O senador Luiz Otávio (PPB-PA) sugeriu a Moreira que procure o ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, para tratar da situação em Rondônia.



Carlos Bezerra diz que aparelhos recauchutados não apresentam segurança nem confiabilidade

## Bezerra quer investigação sobre exames médicos

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu uma investigação do Conselho Federal de Medicina e da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde sobre denúncia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no último 22 de abril. A notícia transmitida ao Plenário pelo parlamentar afirma que algumas empresas, especializadas em consertos de aparelhos de diagnóstico médico por imagem, utilizam peças de segunda mão, retiradas de máquinas condenadas, para prolongar a vida útil dos equipamentos.

— Esses aparelhos recauchutados não apresentam a segurança nem a confiabilidade que devem caracterizar exames especializados, para respaldar diagnósticos que envolvem a saúde dos pacientes e questões de vida ou morte — afirmou.

Segundo o senador, a vida das pessoas não pode ser tratada “com negligência, com irresponsabilidade, com desrespeito ao próprio Código de Ética da Medicina”. De acordo com Carlos Bezerra, os médicos estão deixando de lado a obrigação de “desenvolver todos os esforços possíveis para assegurar a saúde e a vida dos pacientes” em troca de uma questão comercial, ao aproveitar “aparelhos sucateados e até mesmo canibalizados”.

— Não é esse o compromisso ético dos profissionais da medicina, infringindo não apenas aspectos de um código da profissão, mas podendo envolver também aspectos civis e criminais, já que a vida dos pacientes não pode correr risco inaceitável — ressaltou.

Carlos Bezerra assinalou que os brasileiros já enfrentam muitos problemas na área da saúde, como a carência de recursos, cursos de Medicina deficientes, falta de especialização dos profissionais e equipamentos inadequados. Para ele, não se pode “aceitar que exames que pecam pela falta de fidedignidade produzam diagnósticos equivocados, acarretando danos à saúde e à vida dos pacientes”.

# Lindberg denuncia contratos impostos por multinacionais

Para o senador, audiência pública com franqueados da rede McDonald's provou que empresas brasileiras são submetidas a cláusulas “leoninas”

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) declarou em Plenário ontem que a audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para analisar a situação dos franqueados da rede de lanchonetes McDonald's trouxe provas “insofismáveis” de que empresas brasileiras são submetidas a contratos “desiguais e leoninos”. Também ficou claro, acrescentou o senador, que as empresas brasileiras não podem estar sujeitas ao domínio das multinacionais. Ele anunciou que proporá à CAE a realização de nova audiência pública, no dia 18, com representantes da Ford, para discutir o relacionamento que a montadora de automóveis mantém com as concessionárias nacionais.

Lindberg criticou ainda o comportamento da AmBev. Segundo ele, desde que passou a controlar o mercado de cervejas, a AmBev ganhou características de uma multinacional, impondo aos distribuidores contratos de adesão “violentos, que inviabilizam as empresas nacionais”. A AmBev, disse, substituiu as distribuidoras por supermercados, e muitas delas são empresas familiares que conquistaram mercado a

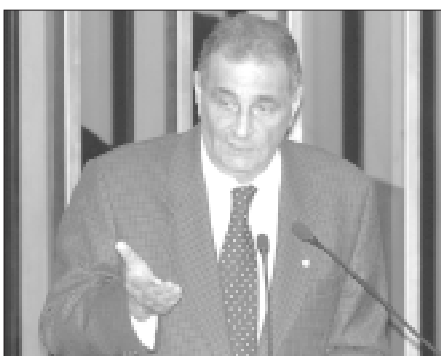
muito custo.

— Os contratos de multinacionais com empresas brasileiras são uma covardia e uma traição à nossa Constituição. Precisamos mostrar que as empresas brasileiras fazem parte de um país moderno. O Brasil não pode ficar submisso. Não sou contrário aos franqueadores, aos supermercados, mas o que queremos é paridade no tratamento — afirmou.

### PROTEÇÃO

Segundo o senador, nos Estados Unidos a Ford não pode descredenciar uma concessionária sem indenizar seu proprietário. No Brasil não existe essa proteção e o empresário, seus fornecedores e empregados ficam sem suas atividades de um dia para o outro, comparou.

— As multinacionais não permi-



Lindberg: contratos de multinacionais com empresas brasileiras são “uma covardia”

tem o aparecimento de novas lideranças no empresariado nacional. A Ford colocou na miséria mais de 300 revendedores, alguns com mais de 50 anos de existência — frisou.

Em seu discurso, Lindberg destacou o trabalho da Associação dos Franqueados Independentes (Afin), que enfrentou as multinacionais e visitou os gabinetes dos senadores para mostrar a situação dos empresários nacionais. Apesar das ameaças que revelou ter recebido, ele disse que não tem medo e se colocou à disposição para representar quem se sente lesado pelas multinacionais.

O senador registrou que também tem sido estimulado a continuar questionando os contratos de multinacionais com empresas nacionais.

— As multinacionais partem do princípio de que o empresário brasileiro não merece credibilidade. Mas vivemos outro momento, de globalização, em que não existe mais espaço para contratos que têm como finalidade exterminar as empresas locais. Estamos logrando êxito. Vamos dar aos contratos condições de igualdade modernas — assegurou Lindberg, que elogiou a atuação do presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que conduziu a audiência pública com os franqueados da rede McDonald's.

## Pequeno distribuidor de bebidas está ameaçado, adverte Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem, em Plenário, que irá apresentar projeto de lei destinado a regulamentar o relacionamento entre os fabricantes e os distribuidores de bebidas. Ele afirmou que muitos empregos no setor estão em risco, por falta de proteção especialmente aos pequenos distribuidores.

— Com esse projeto, queremos estabelecer critérios e normas, à semelhança do setor automobilístico — explicou Rocha.

O senador disse temer que a AmBev — resultado da fusão entre a Antarctica e a Brahma — e a empresa canadense Molson, que recentemente adquiriu a marca Bavária, venham a praticar atos lesivos a distribuidores de bebidas. Ele afirmou que muitos distribuidores vêm sendo obrigados a fechar as portas de

seus negócios no Amapá.

Quando aconteceu a fusão entre as duas maiores empresas brasileiras do setor, recordou Rocha, a AmBev comprometeu-se a vender a marca Bavária e a manter distribuição compartilhada com a nova proprietária da marca durante quatro anos. A rede da Antarctica foi escolhida pela AmBev para fazer a distribuição da Bavária, mas, de acordo com o senador, os distribuidores nunca tomaram conhecimento do teor desse contrato.

Além disso, observou, a Molson, que também adquiriu a marca Kaiser, anunciou que vai distribuir a Bavária pela rede da Coca-Cola. De acordo com o senador, a Molson pretende excluir os distribuidores da Antarctica da venda da cerveja Bavária.

— Isso poderá levar muitos distri-



Sebastião Rocha anunciou projeto para regular relações entre fábricas e distribuidores

buidores à falência, porque a venda da cerveja Bavária em alguns casos representa até 70% do faturamento — alertou Rocha.

### CONVENÇÃO

Rocha anunciou, ainda, a realização em Pindamonhangaba (SP), na segunda-feira, da Convenção Nacional do PDT, que oficializará o apoio à candidatura do ex-governador Ciro Gomes (PPS) à Presidência da República. O senador disse esperar que o encontro seja o início de uma “caminhada vitoriosa” de Ciro em direção ao Palácio do Planalto.

## Jucá destaca êxito da reestruturação financeira da CEF

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a “eficiente e complexa operação de engenharia financeira” que resultou, no ano passado, na reestruturação financeira da Caixa Econômica Federal (CEF), que possibilitou à instituição voltar “a se enquadrar em todas as normas prudenciais que obrigam o sistema financeiro”. Entre essas normas, ele citou as exigências para o provisionamento de risco de crédito e as que fixam coeficiente mínimo entre ativo e patrimônio líquido.

O representante de Roraima informou que a União assumiu a responsabilidade de vários passivos contábeis da CEF, como o decorrente do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Outro prejuízo da Caixa encampado pela União foi o refinanciamento das dívidas dos estados, em 1993. A União assumiu ainda o risco das operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), quando realizadas por outros agentes financeiros.

### BANCO SOCIAL

A reestruturação financeira foi necessária, conforme o senador, porque a empresa apresentava “graves desequilíbrios econômico-financeiros” decorrentes de “má gestão de administrações passadas, aliadas a decisões infelizes” nas regras para financiamentos de imóveis.

— Espero que as instituições financeiras federais, como a Caixa, possam ter uma gestão profissional e deixar de ser o repositório da imprudência, da demagogia, do clientelismo oficial, que tantos prejuízos trazem ao contribuinte — afirmou.

Romero Jucá ressaltou que o atual governo acabou com a “prática de empurrar os subsídios concedidos pelas políticas públicas para debaixo do tapete da contabilidade das instituições financeiras federais” e lembrou que, agora, os subsídios concedidos ficam explícitos no Orçamento Geral da União. afirmou também que a Caixa “firma-se, a cada dia, e cada vez mais, como o banco social da União”. A instituição, informou, é responsável pelo pagamento de vários programas sociais do governo, como o Bolsa-Escola, do Ministério da Educação; o Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde; o Bolsa-Renda, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento, ambos do Ministério da Previdência e Assistência Social.

# Jonas defende ampliação de subsídio ao álcool

Senador alerta governo para necessidade de garantir condições de competitividade aos produtores de cana-de-açúcar de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e dos estados da Região Norte

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ontem ao governo para que inclua no texto do decreto que regulamentará a legislação sobre concessão de subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível um dispositivo específico para estender os subsídios aos produtores dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e os localizados na Região Norte.

Jonas Pinheiro explicou que, no momento da aprovação da emenda à Constituição que tratava do assunto, no fim do ano passado, os estados em questão fizeram a solicitação por meio de seus parlamentares aos líderes do governo e aos ministros das áreas envolvidas. Pediram que os recursos arrecadados com a Cide (Contribuição Social e de Intervenção no Domínio Econômico, que incide sobre a importação do petróleo, seus derivados, do gás natural, seus derivados, e do álcool combustível) fossem utilizados, entre outros fins, para subsidiar o

**Uso do álcool permitiu economia de divisas**

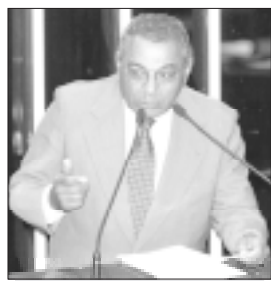
O Brasil possui cerca de 3 milhões de veículos movidos a álcool hidratado, que consomem 4,9 bilhões de litros por ano. O álcool também é utilizado como aditivo para a gasolina, na proporção de 20% a 25%. Nos últimos 22 anos, o uso desta forma alternativa de combustível permitiu que o país economizasse US\$ 1,8 bilhão por ano em divisas, o equivalente a 200 mil barris de gasolina/dia.

A safra de cana-de-açúcar deste ano é a maior da história e deve atingir 315 milhões de toneladas, 25% a mais que em 2001. Com isso, a produção de álcool deve atingir 12 bilhões de litros, contra 10,5 bilhões no ano passado.



pagamento do transporte e do preço desses combustíveis, como forma de equalizar os custos de produção da cana-de-açúcar.

— A preocupação é que se garantam a esses estados os meios financeiros e as condições para que continuem produzindo cana-de-açúcar, pois, de outra maneira, eles não poderão competir com os dois maiores produtores do país, os estados do Paraná e de São



Jonas Pinheiro cobra do governo cumprimento de promessa

Paulo. Jonas Pinheiro cobrou o cumprimento da promessa feita pelo governo de acatar essa decisão e também pelo fato de ela constar de resolução expedida pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima). Ele reclamou que, no texto-base para a elaboração do decreto, a que teve acesso, o programa de subvenção não esteja sendo contemplado.

## Reflorestadores querem incentivos fiscais

Em audiência pública da Comissão de Revitalização do Rio São Francisco realizada na quarta-feira, Antônio Pontes Fonseca, diretor-presidente da empresa Calsete Siderurgia, reivindicou a implantação de uma política florestal que assegure linhas de crédito com taxas de juros e prazos de



Na Comissão de Revitalização do São Francisco, especialistas apontam problemas no reflorestamento

carência “compatíveis com a atividade de reflorestamento”. Caso contrário, alertou ele, em poucos anos haverá falta de carvão vegetal para a produção do ferro-gusa, largamente utilizado no Brasil nos setores automotivo, siderúrgico e petroquímico, entre outros.

Antônio Fonseca, juntamente com José Batiúra de Assis, secretário-executivo da Associação Brasileira de Florestas Renováveis (Abracave), e Luis Eduardo Furiati Lopes, diretor-executivo do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer) advertiram para o fato de que, atualmente, Minas Gerais — o estado que mais produz ferro-gusa no país — refloresta apenas cerca de 30 mil hectares, enquanto retira madei-

ra de 150 mil hectares/ano.

— Esse quadro poderá nos levar a um “apagão” no setor, dentro de cinco a seis anos — afirmou José Batiúra de Assis.

### PRECONCEITO

Apesar de Minas Gerais empregar técnicas de reflorestamento reconhecidas como as mais modernas, Antônio Fonseca denunciou, com a concordância dos outros dois convidados, a existência de “um forte preconceito” contra o reflorestamento e “mais ainda em relação ao eucalipto”. Citando artigos publicados por professores, ele procurou rebater “os mitos contra o eucalipto”.

Ao contrário do que se divulga, explicou, o eucalipto não produz ressecamento e perda da fertilida-

de do solo e a morte de animais, assim como o carvão vegetal não é nem nunca foi responsável pelo desmatamento de florestas naturais. Prova disso, acrescentou Antônio Fonseca, é que Minas Gerais, apesar de ser o maior produtor nacional de carvão vegetal, possui área de florestas naturais maior que a de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde não existe essa atividade.

José Batiúra de Assis ressaltou que, enquanto o Brasil teve uma política de incentivos fiscais voltada para o setor, as atividades de reflorestamento atingiram 6 milhões de hectares, hoje reduzidos a 4,8 milhões.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), relator da comissão, observou que, ao contrário da sua expectativa, que era a de ouvir respostas para a conservação das matas ciliares na Bacia do Rio São Francisco, defrontou-se com um novo problema, o das dificuldades para o reflorestamento.

## Quintanilha pede recuperação da rodovia Belém-Brasília

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) pediu ontem ao governo que incremente os recursos para a recuperação das rodovias federais, particularmente os destinados à rodovia Belém-Brasília. Ele alertou para as péssimas condições do trecho da rodovia que atravessa o estado do Tocantins, ressaltando a importância da estrada para a região.

Quintanilha informou que a maioria dos produtos que abastecem as cidades tocantinenses e algumas cidades do estado do Pará é transportada pela Belém-Brasília, e que a rodovia serve para o escoamento da produção regional. Diariamente, acrescentou, cerca de 2.500 veículos trafegam pela estrada.

O senador disse que o governo tem tomado poucas providências no sentido de recuperar a rodovia e que, por esse motivo, o trecho citado encontra-se em péssimas condições de utilização, repleto de buracos e com sinalização precária. Tal situação, lamentou o senador, tem causado grande número de acidentes, com perdas de vidas humanas e danos materiais significativos.

— Por isso eu apelo ao ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa, que atente para o problema e conceda atenção especial para a necessidade de recuperação daquela estrada tão relevante para a região — afirmou o parlamentar.



Luciano Barbosa diz a Ramez Tebet que ministério precisa trabalhar afinado com o Congresso Nacional

## Ministro da Integração Nacional visita Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, em seu gabinete, o novo ministro da Integração Nacional, José Luciano Barbosa, que assumiu o cargo na véspera. Luciano Barbosa disse que foi ao Senado para “beber um pouco da experiência do senador, que já ocupou o mesmo cargo”, e também colocar-se “à disposição do Senado e do Congresso Nacional”.

— O Ministério da Integração Nacional precisa trabalhar afinado com os demais ministérios, com os estados e municípios e com o Congresso Nacional — afirmou Luciano Barbosa.

Ainda na manhã de ontem, Ramez Tebet recebeu a visita do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura.

## Alcântara analisa atuação da imprensa brasileira

Por ocasião do Dia da Imprensa, comemorado na última terça-feira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que é oportuno reavaliar os limites e exageros que caracterizam a atuação da imprensa brasileira nos últimos anos. Ele admitiu que a imprensa colaborou para



Alcântara defende que imprensa tenha sistema interno de ética e avaliação de pauta

efetivar mudanças durante e após o período militar, mas também deixou a desejar, como em geral acontece com as instituições. "Nem sempre as expectativas da sociedade em relação às suas instituições são atendidas", disse.

O senador citou, por exemplo, o empenho do jornal *Folha de S. Paulo* para que o Brasil tomasse conhecimento da proposta legislativa de restabelecer eleições diretas para a Presidência da República. Em seguida, comentou como a imagem da imprensa "ficou arranhada", no final dos anos 80, quando ocorreu a primeira eleição direta para presidente da República "e a maior rede de comunicações do país foi acusada

de favorecimento a determinado candidato".

De lá para cá, continuou Lúcio Alcântara, houve duas grandes eleições gerais, por meio das quais a imprensa aprendeu a assumir um comportamento mais analítico. Para ele, no entanto, isso não parece ter sido suficiente para operar transformações radicais na mídia. Talvez por não dispor de um sistema interno de crítica, de ética e de avaliação de pautas, a imprensa brasileira tem incorrido em deslizos quanto à qualidade das matérias produzidas, avaliou o senador.

Alcântara também se referiu a recente seminário promovido pela Escola da Magistratura do Distrito Federal e pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), quando magistrados, juristas e jornalistas debateram o tema da liberdade de imprensa, da proteção à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. Ele destacou que do encontro saíram importantes recomendações ao exercício jornalístico.

## Escórcio aplaude programa Luz para Todos no Maranhão

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) parabenizou o governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, pelo lançamento do programa Luz para Todos, que levará eletrificação rural para 46.495 casas de 2.189 povoados de 188 municípios do estado. Serão quase



Para Escórcio, iluminação é recurso básico para desenvolvimento da população

50 mil famílias beneficiadas pela iniciativa, totalizando aproximadamente 250 mil pessoas, o que significa 5% da população maranhense.

O investimento para a execução do programa, segundo Francisco Escórcio, gira em torno de R\$ 36 milhões. Serão implantados mais de 5 quilômetros de rede de distribuição de energia para iluminar

ruas e lares, numa parceria entre o governo do estado e as prefeituras dos municípios beneficiados.

— Trata-se de um benefício inestimável para nossa gente, que ainda está às margens daquilo que é básico para seu desenvolvimento. Programas de eletrificação rural feitos no passado espalharam, aos poucos, essa benfeitoria aos mais distantes rincões do estado. Mas não foram suficientes para atender a todos — afirmou Escórcio.

Segundo o senador, ainda existem no Maranhão muitas pessoas vivendo no escuro, usando lamparinas para iluminar as noites e ligadas com as notícias da civilização apenas por rádios de pilha.

# Senado assina acordo com Assembléia de Pernambuco

Convênio deve garantir a participação do ILB e Unilegis na qualificação técnica dos funcionários do Legislativo estadual

O senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário do Senado, e o deputado estadual Afonso Augusto Ferraz (PSDB), primeiro-vice-presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, assinaram protocolo de intenções entre as duas Casas. O objetivo do acordo é promover a cooperação técnico-científica e cultural e desenvolvimento institucional e de recursos humanos entre as duas Casas.

O acordo permitirá que o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo (Unilegis) ofereçam cursos, presenciais ou a distância, para funcionários da Assembléia. O ensino será ministrado por intermédio da Escola do Legislativo, órgão do Unilegis responsável pelo treinamento e reciclagem de recursos humanos.



Carlos Wilson: Senado e Assembléia serão beneficiados pelo acordo

O diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, e o diretor-geral da Escola do Legislativo, Fabrício Guedes Alcoforado Filho, serão os responsáveis pela execução do convênio, que não representará ônus para nenhuma das duas instituições.

Esse protocolo de intenções deve ser oferecido pelo Senado a todas as assembleias legislativas. A intenção é proporcionar aos

funcionários dos legislativos estaduais o mesmo treinamento dado aos servidores do Congresso Nacional e, com isso, qualificar cada vez mais as pessoas que prestam serviços ao Parlamento.

O Instituto Legislativo Brasileiro já firmou convênio com a Câmara dos Deputados e Banco Central. No momento, está formalizando o protocolo com a Câmara Legislativa do Distrito Federal e Tribunal de Contas da União.

Ao assinar o convênio, Carlos Wilson foi enfático: "Não posso omitir o meu orgulho em participar da assinatura desse convênio de cooperação entre o Senado e a Assembléia Legislativa de Pernambuco. Não tenho dúvidas de que a troca de experiências trará enormes benefícios, tanto para os servidores do Legislativo federal como para os servidores do Legislativo estadual".

## BALANÇO

### Projetos melhoram segurança pública

Nesta semana, o Senado aprovou os primeiros cinco projetos oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública, criada pelo Congresso após o final do sequestro do publicitário Washington Olivetto, em São Paulo, no início deste ano. Entre outras medidas, os projetos aumentam as penas para crimes contra a vida e só permitem a liberdade condicional de pessoas presas por crimes ligados a drogas depois de cumprirem dois terços da pena. Os reincidentes não terão direito ao benefício.

Os projetos, que no geral aumentam as penas de prisão e tipificam como crimes o financiamento do tráfico de drogas, serão submetidos a uma segunda votação, devendo seguir para a Câmara dos Deputados ainda neste semestre. O homicídio, por exemplo, passará a ser punido com prisão por um mínimo de oito anos. A pena máxima, de 20 anos, não foi alterada.

O Plenário aprovou ainda, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004. Foi

aprovado destaque que desobriga a suspensão da contribuição por 90 dias após 17 de junho. A proposta ainda será votada em segundo turno, marcado para o próximo dia 12, sendo promulgada imediatamente, se aprovada.

A prorrogação da CPMF foi apontada pelos líderes da base política do governo como o projeto prioritário deste final de semestre, pois sua suspensão significaria perda de arrecadação de até R\$ 6 bilhões neste ano. Pela PEC, a CPMF continuará com a alíquota de 0,38% até o final de 2003. No ano de 2004, a alíquota cairá para 0,08%.

Ainda nesta semana, os senadores elegeram os 13 integrantes do Conselho Nacional de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso para realização de estudos sobre assuntos como liberdade de expressão, propaganda de fumo e álcool, programação de rádio e TV, diversões e espetáculos públicos, além de outorga de concessões desses veículos. O conselho, previsto na Constituição de 1988, ainda não havia sido instalado.

Outro projeto aprovado pelo Senado, em primeiro turno, autoriza a cobrança de taxa de iluminação pública pelas prefeituras e



Plenário acolheu propostas da Comissão de Segurança, presidida por Iris Rezende

Distrito Federal, incluindo o valor na conta de energia elétrica. A proposta será votada em segundo turno antes de ser remetida ao exame dos deputados.

Álvaro Dias (PDT-PR), autor do projeto, informou que muitos municípios já cobravam a taxa de iluminação pública. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal considerou a cobrança inconstitucional. A emenda dará respaldo legal à taxa.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe cobrança de multa nas contas de água, luz e outros serviços prestados aos funcionários públicos cujo pagamento esteja atrasado.

## Quintanilha saúda criação de conselho para o idoso

A instituição do órgão, vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, é “uma grande vitória”, diz senador

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, considerou “uma grande vitória” a assinatura em 13 de maio, pelo presidente da República, de decreto criando o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. O senador lamentou que o conselho seja órgão consultivo, “quando deveria ser deliberativo”.

Também o fato de o conselho não ter composição paritária foi criticado pelo senador. Ele informou que os conselheiros que representarão o governo serão indicados pelos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho e Emprego, da Educação, da Saúde, da Cultura, do Esporte e Turismo e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Cada



Quintanilha criticou a composição não paritária do conselho

ministério terá um representante.

— Já o Ministério da Previdência e Assistência Social, surpreendentemente, terá dois representantes, o que deixa o Conselho do Idoso não paritário, já que a sociedade civil terá um conselheiro a menos — lastimou o senador.

A Subcomissão Permanente do Idoso, conforme Quintanilha, terá

papel importante na luta pelo aprimoramento da atuação do conselho, dando maior amplitude à competência do colegiado. O conselho terá a missão de supervisionar, avaliar e elaborar proposições que aperfeiçoem a legislação pertinente à Política Nacional do Idoso, informou. O senador salientou que a criação do conselho foi uma iniciativa do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), em 1990.

### PRECATÓRIO

Quintanilha também comunicou ter enviado ofício ao presidente Fernando Henrique solicitando que ele determine, “com toda urgência possível”, o pagamento dos direitos adquiridos na Justiça a todos que tenham mais de 60 anos. Em seu discurso ele cita carta recebida de um senhor de mais de 70 anos, solicitando ajuda para que o pagamento dos precatórios aos idosos seja feito de forma prioritária.



## Emilia ressalta conferência de mulheres no Senado

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) manifestou satisfação em ver o Senado sendo palco da Conferência Nacional das Mulheres. O encontro, iniciado ontem e que terminará hoje, está reunindo duas mil mulheres no Auditório Petrônio Portella.

Segundo a senadora, a conferência pretende elaborar plataforma política feminina para ser entregue aos candidatos à Presidência da República.

Emilia destacou a relevância

de se garantir, no Brasil, uma democracia que assegure os direitos da mulher no cotidiano, no trabalho e na família.

— A soberania do Brasil precisa passar longe de todos os tipos de discriminação, em especial em relação aos direitos da mulher.

A senadora aplaudiu a ratificação, pelo Plenário, na sessão de quarta-feira, do protocolo adicional à Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.



Emilia: encontro (foto maior) vai elaborar documento a ser entregue aos candidatos à Presidência

Ela convidou os senadores a visitarem o Auditório Petrônio Portella para dialogar com as mulheres, apresentar sugestões ou manifestar solidariedade à luta feminina.

## Ademir aponta “artimanhas” do governo contra auditores

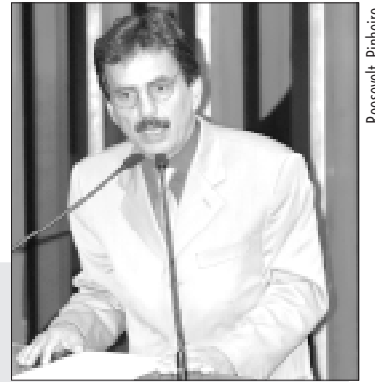
O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou “as artimanhas utilizadas pelo governo para protelar ao máximo” a apreciação da medida provisória (MP) que reestrutura a carreira dos auditores do Tesouro Nacional, Previdência Social e do Trabalho. Ele informou que, na sessão do Congresso Nacional de quarta-feira, “os parlamentares governistas fizeram corpo mole e protelaram ao máximo” para que não fosse atingido o número necessário para votação da matéria, o que facilitou seu adiamento.

De acordo com Ademir, a medida provisória entrou na pauta do Congresso por determinação da maioria dos líderes partidários. A MP, disse, visa adequar a estrutura da carreira dessas categorias ao Plano Diretor da Reforma do Estado, apresentado pelo governo. No entanto, como o projeto de conversão da MP altera a proposta original do Executivo — que excluía aposentados e pensionistas das vantagens remuneratórias —, os parlamentares governistas impediram a aprovação.

— É lamentável que o Poder Legislativo continue se portando de forma subserviente ao Executivo, aprovando somente as matérias que interessam ao governo, passando por cima dos interesses do povo e da nação brasileira — afirmou Ademir. Ele ressaltou que no dia anterior o governo havia conseguido aprovar no Senado, em primeiro turno, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

### ROLO COMPRESSOR

Para o senador, o “rolo com-



Ademir Andrade: Executivo impediu votação da MP que reestrutura carreira dos auditores

pressor” do governo para prorrogar a CPMF começou a funcionar durante a votação da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou, sem emendas, o texto oriundo da Câmara dos Deputados. O fato, disse Ademir, “contrariou todo o debate e até mesmo o relatório apresentado pelo senador Bernardo Cabral”. Emenda apresentada pelo senador paraense, que destinava parte dos recursos arrecadados com a CPMF a programas de inclusão social de estados, municípios e Distrito Federal, foi rejeitada.

— No Plenário desta Casa, por imposição do governo, as arbitrariedades cometidas foram ainda mais graves. Além de confirmar o texto que veio da Câmara que contempla a isenção da CPMF nas Bolsas de Valores, o que favorece sobretudo os especuladores, o Plenário, entre outras modificações, aprovou destaque que retira a obrigatoriedade de cumprir o prazo de 90 dias para entrar em vigor a contribuição, violando um direito do cidadão e numa clara violação à Constituição — protestou.

## Professores aposentados buscam apoio de Tebet

A presidente da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público de São Paulo, Zilda Halben Guerra, foi recebida ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Ela solicitou apoio para votação de matéria relativa aos interesses dos filiados à entidade. Zilda estava acompanhada do deputado Ar-

naldo Faria de Sá (PTB-SP).

Segundo o deputado, Tebet mostrou-se simpático à reivindicação. A associação pretende que seja mantido veto presidencial, a ser examinado pelo Congresso, de forma a garantir verbas do Fundo de Desenvolvimento da Educação para pagamento de professores aposentados.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, José Fogaça e Luiz Otávio